

O poder psiquiátrico – Curso do Collège de France (1973-1974)
Michel Foucault

*Eduardo Rocha Benini*¹

Confiscar o corpo e a alma da loucura, esse o propósito maior de um “aparelho tecnológico de poder” que atua de maneira estratégica, disciplinar, múltipla e dispersa, dando à psiquiatria um estatuto de soberania sobre a vida dos loucos e daqueles que os avizinha. O curso de 1973-74 do “Collège de France”, ministrado por Michel Foucault e intitulado *O poder psiquiátrico*, originou a publicação da obra de mesmo nome que contém a transcrição das aulas realizadas entre novembro de 1973 e fevereiro de 1974 e revelam como a prática psiquiátrica ergueu-se como mecanismo de poder e saber diante da loucura.

Publicado no Brasil pela editora Martins Fontes, esse curso é, em alguma medida, uma *continuidade* dos estudos tratados, outrora, na *História da Loucura* (1961), uma vez que interpela sobre as formas de como a vida do louco fora tomada como objeto central para a constituição e estruturação de todo um campo de saber. Mas, em outra medida, é *descontinuidade*. Se anteriormente Michel Foucault assinalava sua investida para o fundo constitutivo da própria loucura, doravante, o que se pretende é analisar a forma como as disposições de forças assimétricas, as lutas e dominações produzem, em efeito, um discurso científico que se diz verdadeiro sobre o louco e sua loucura. Em outras palavras, existe um deslocamento do estudo que, antes, caminhava da análise da representação “profunda” sobre a loucura – do Renascimento (séculos XV

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora) e psicólogo com atuação profissional no CEFET-MG (Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais) *Campus III/Leopoldina-MG*.

e XVI) ao Mundo moderno (XIX-XX), passando pela Era Clássica (XVII-XVIII) – que culminou na alavancada da prática de internamento dos loucos nos séculos XVII-XVIII; para, agora, em uma analítica do poder, vasculhar o terreno de superfície, e não menos importante, das práticas e enfrentamentos reais que fazem emergir os discursos que determinam o poder psiquiátrico como saber médico teórico e profissional.

Dando sequencia a um projeto maior de investigação da história do nascimento das ciências humanas, o curso de 1973-74 trata-se de um estudo genealógico sobre a prática psiquiátrica que quer entender, então, como se instauraram o saber e a instituição psiquiátrica, no início do século XIX, a partir de todo um jogo de forças e verdades lapidadas, principalmente, no século precedente, que só foram possíveis pela empreitada do poder nos asilos e nas práticas que remetem ao tratamento, à captura e sujeição dos loucos dentro e fora dessas instituições. Entretanto, tudo isso, através de uma noção de poder que não requer pensarmos em termos de uma simples “violência”, ao contrário, cabe apontar para como operou, de forma extramuros, uma produtividade sobre todas as instituições possíveis, materiais ou não – asilos, hospitais, indivíduos, família, doentes, médicos, enfim, sobre todo o corpo físico e de pensamento da sociedade – na Europa, em especial a França, da viragem do século XVIII para o XIX.

Analisemos agora os passos percorridos em tal empreendimento. Como o corpo e a consciência dos sujeitos, ditos loucos, são capturados pela psiquiatria e suas formas consequentes, a neuropatologia, a doença dos nervos e a psicanálise? Foucault, mesmo, ressalta que existe uma “[...] *certa captura da atitude do sujeito, da consciência, da vontade do sujeito no próprio interior do seu corpo.*” Quer dizer, a “[...] *diferença clínica de desempenhos entre diferentes níveis de comportamento, permite a análise clínica do indivíduo no próprio nível da sua intenção [...]*” (FOUCAULT, 2006:393). Bom, esse é um apontamento que só foi possível após uma série de injunções e atravessamentos que buscou controlar as condutas, instaurar obrigações de uma ortopedia moral e de obediência, corrigir as errâncias como um todo, para depois, normalizar e patologizar, em níveis múltiplos, a diferença que marca um louco de um não-louco.

A loucura – que até o século XVIII fora entendida como um erro de apreensão e juízo da realidade – passa a ser analisada como estanque ao mundo real, daí, o louco se tornará destituído de sua condição existencial, estará fora da realidade. Não de maneira deliberada, mas sub-repticiamente, de saída, o que se viu acontecer a partir da metade do século XVIII foi o pareamento entre o asilo e um dispositivo de disciplina. Esse

espaço institucional foi colonizado por um poder disciplinar anônimo e microfísico que registrou, ordenou, organizou, distribuiu e esquadrinhou todos os movimentos da loucura de modo à regular, estrategicamente, a dissimetria que existia entre a verdade trazida pelo doente e a medida de realidade pretendida pelo médico.

Se existia, inicialmente, uma prática “protopsiquiátrica” que buscava adequar a realidade do mundo à cena do indivíduo delirante para dissolver o erro da razão, em outra medida, a prática de internamento, o disciplinamento do asilo e a escalada da intervenção médica, trouxeram à tona, inversamente, a necessidade de se deduzir a loucura à realidade de um mundo potencializado por uma verdade-conhecimento (científica e demonstrável) que supõe a existência de uma verdade universal em toda parte o tempo todo e não, ao contrário, uma verdade-acontecimento (local e transitória) realizada no fenômeno, em si, do ato enlouquecido. Esse movimento desloca a questão da verdade da vida de cada louco para uma posição subalterna em face de uma noção de realidade da loucura, pronta e acabada, que se quer, a partir de agora, apenas para demonstrar seu estatuto. Está arado o terreno para o avanço da prática psiquiátrica propriamente dita.

Opera-se uma redução e supressão da existência do indivíduo e da onipotência de sua loucura, uma reutilização da linguagem para ensinar e ordenar seu desejo, um arranjo para a criação de necessidades que orientassem o louco em função do mundo real a partir de uma política de carências, e ainda, se fez com que o louco confessasse e atestasse sua loucura diante do saber médico. Daí, querer sair da loucura é afirmar o poder psiquiátrico, ou seja, luta e vitória sobre o louco dentro de um modelo disciplinar de vigília panóptica de tempo e espaço que descaracteriza e individualiza os sujeitos asilados. Nesse contexto, a própria figura do médico/psiquiatra, por meio de seu saber/conhecimento, tomou para si o *corpus* institucional do poder psiquiátrico, intervindo de modo a interrogar e arrancar a confissão da loucura, medicalizando com drogas e pedindo que o próprio doente ateste o poder médico através dos sintomas sugeridos em práticas como a hipnose. No fundo o que se tem é a transformação de ações disciplinares em práticas terapêuticas.

No entanto, esse poder psiquiátrico não pode ser personificado, ele é mais bem situado, se assim o quisermos, em termos de uma *função*, que pode estar no indivíduo, na instituição, no discurso ou na posição relacional dentro das disputas de poder. Se a prática psiquiátrica se construiu enquanto espaço de dominação e arranjo da loucura, isso só foi possível na medida em que o engendramento de poder disciplinar se

amalgamou ao funcionamento (soberano) da família que, por sua vez, funciona enquanto suporte do coletivo, e fez surgir o que Foucault denominou de *função-psi*, quer dizer, um conjunto de práticas que remetem o indivíduo ao social, fazendo com que sua existência seja constantemente organizada e produzida como uma verdade desejada.

A vida da infância é colonizada através de uma arquitetura pedagógica surgida, mesmo, em conjunto com o campo educacional para separar as crianças normais das idiotas, imbecis e retardadas, e que vem mostrar a existência de uma medida padrão de *desenvolvimento*, delineando assim, uma curva de normalidade que, por efeito, exclui àquelas que lá não se encontram – as anormais. Nessa esteira, o próprio incremento capitalista parece demandar que se internem as crianças anormais para que os pais possam trabalhar e a família não se torne parasitária de uma assistência estatal nas estruturas urbanas e industriais nascentes. Igualmente, o adulto é sequestrado pela mesma noção de normalidade a partir da qual sua vida passa a ser determinada e inquirida para se dizer se ele é ou não um louco. Ocorre a generalização do pensamento e da prática psiquiátrica em múltiplos pontos de apoio que vão da educação ao trabalho nas fábricas, passando pela vida íntima e familiar e que se escora nas noções de degenerescência, de estigmatização, de responsabilização, de periculosidade e de criminalização dos atos que escapam ao roteiro traçado pela normalidade.

O que está em jogo em todos esses ordenamentos é menos a questão da verdade sobre a loucura e mais a operação de poder que a psiquiatria empreenderá para deflagrar, a partir de suas lentes, o fenômeno vivido por seu objeto tutelado, o louco. Então, como uma disposição de forças, sob o escopo da prática psiquiátrica, toma para si o que o louco entende de si mesmo e injeta (do exterior) uma nova verdade, dada por um conjunto de conhecimentos que ditam o que é a realidade? *O poder psiquiátrico é esse suplemento de poder pelo qual o real é imposto à loucura em nome de uma verdade detida de uma vez por todas por esse poder sob o nome de ciência médica, de psiquiatria.* (FOUCAULT, 2006:164-5). Dito isso, faz-se compreender que tal poder é formado menos por um investimento propriamente médico do que por um enlace de manobras, táticas e gestos. Até o século XIX o poder psiquiátrico não possuía um corpo anatômico ou neurológico como a medicina clássica, seria preciso sair da dicotomia louco/não-louco, para tanto, necessitará dos mesmos instrumentos que a medicina, ou seja, um quadro de patologias e de realizar aferições que apontem para a existência do

diagnóstico diferencial entre as doenças, são estratégias que permitirão a continuidade de seu exercício do poder.

Como sabemos, em Foucault, o poder não é uma força inquisitória que destrói de modo absoluto, ao contrário, sua existência implica formas de resistências, nesse caso “contramanobras”. A ilustração dessa noção aparece na maneira a partir da qual os histéricos, como operadores de questionamentos da ação psiquiátrica, se valeram para requerer um lugar privilegiado no jardim das patologias recém inventado pela medicina psiquiátrica.

Em linhas gerais, o hístico indagava ao médico/psiquiatra: “não sou simulador de uma doença, nem ando de mãos dadas com a loucura demenciada, meu caso é específico, trata-se de um trauma psicológico, e eu te dou os sintomas (a prova) de que precisa para demonstrar seu poder, para que, em troca, você me salve do manicômio.” Essa troca fará emergir um novo corpo, que deixa de ser apenas da neurologia, para se fazer também como corpo sexual sintomático da histeria. *Grosso modo*, foi essa operação que fez com que o médico/psiquiatra pudesse apresentar uma “prova psíquica da lesão mental”, diferentemente da medicina clássica que destrinchava os corpos em uma prática anatomopatológica que decifrava a etiologia das doenças e, ainda, proporcionou aos histéricos uma vida cidadã.

O que o dispositivo da psiquiatria buscava foi operar uma cisão binária entre loucura e normalidade; assim o fez, de forma complexa e potencializada, através de todo um campo de conhecimento entre poder-saber que retira a loucura de seu estatuto de existência emancipada e a coloniza no discurso e na prática de uma ciência de demonstração da verdade que reverbera, não somente na psicanálise e na neuropatologia (torções de “despsiquiatrização” e não de antipsiquiatria), bem como no incremento dos códigos e manuais de classificação da nosografia psiquiátrica que patologizaram a loucura e desenharam as subjetividades sujeitadas; mas, em outra frente, ganha terreno, em nossos dias, nas ações da indústria avançada da psicofarmacologia, gerando, em alguma medida, certa *psiquiatrização da condição humana*, como aposta Nikolas Rose (2006:481).

Mesmo que consideremos e questionemos que Foucault nos apresenta um recorte específico de uma época e região, temos, ainda sim, uma determinação de modos de agir e comportar que constroem tipos adequados e controlados de indivíduos e negativiza àqueles que, por diferentes motivos, não atendem ao chamado desejado. Estaríamos aí, caro leitor, diante de um encadeamento que, por vezes, parece apontar, de

um pólo ao outro, para: loucura/patologia/perigo/responsabilidade/culpa. Enfim, feitura e controle de sujeitos que se fazem anunciados de forma muito viva ainda em nossos dias.

Referência Bibliográfica:

FOUCAULT, Michel. (2006), *O poder psiquiátrico*. Curso do Collège de France (1973-1974). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.

ROSE, Nikolas. (2006), Disorders without borders? The expanding scope of psychiatric practice, in: *Bio societies*. Londres, vol. 1, p. 465-484.